

“Só vontade política pode corrigir rota”

Rio - Livre negociação salarial dentro de uma “solução política clara” para essa questão: redução do deficit público pelo corte de subsídios, e diminuição das despesas de custeio das empresas estatais foram as principais medidas defendidas, ontem, no Rio pelo presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, perante uma atenta e silenciosa platéia de 450 empresários e banqueiros, como forma de “recuperar a confiança da sociedade brasileira e da comunidade financeira mundial” no programa econômico do Governo e resolver a curto prazo o impasse nas contas externas do País.

Langoni deixou claro, na solenidade de posse dos membros da Diretoria da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais, que a adoção destas e outras medidas de “correção de rota” é fundamental para a obtenção da segunda parcela – de US\$ 1,5 a US\$ 2 bilhões – do empréstimo-jumbo contratado com os bancos internacionais.

Ao abordar o problema do deficit do setor público, Langoni defendeu a sua “redução drástica”, medida que representa

“um desafio e um teste de vontade política”. E assinalou que só o corte dos subsídios na agricultura, trigo e petróleo representam cerca de 2 a 2,5 por cento do Produto Interno Bruto, “que hoje estão sendo financiados de maneira inflacionária”.

Quanto à política salarial, o presidente do Banco Central destacou que “a solução política cabe ao Congresso Nacional” e disse não ver contradições entre sua proposta e a revisão salarial acertada pelo acordo PDS-PTB.

A idéia de expurgar do cálculo do INPC o efeito dos reajustes nos preços dos derivados do petróleo e do trigo não conta com o apoio da Seplan, conforme deixou claro, ontem, o próprio ministro do Planejamento, Delfim Netto, ao responder com um “não tem nada disso” à pergunta de um jornalista, interessado em saber se a decisão já havia sido tomada e iria ser anunciada juntamente com as demais medidas destinadas a abater o deficit público, em preparo pelo Governo.